

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **REQUERIMENTO Nº           , DE 2018**

(Do Sr. JEAN WYLLYS)

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 4271, de 2016, do Senhor Deputado João Derly, e do Projeto de Lei nº 9474, de 2018, do Senhor Deputado Chico D'Angelo.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 4.271, de 2016, de autoria do Senhor Deputado João Derly, que “regulamenta o § 3º do art. 216-A da Constituição Federal, para dispor sobre o Sistema Nacional de Cultura”, e do Projeto de Lei nº 9.474, de 2018, de autoria do Senhor Deputado Chico D'Angelo, que “estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais” e cujo Relator na Comissão de Cultura é este Parlamentar ora solicitante.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 4.271, de 2016, de autoria do Senhor Deputado João Derly, “regulamenta o § 3º do art. 216-A da Constituição Federal, para dispor sobre o Sistema Nacional de Cultura” e encontra-se, na Comissão de Cultura, sob a Relatoria do Senhor Deputado Thiago Peixoto desde 14 de setembro de 2017. Trata-se de matéria de grande relevância para que o referido dispositivo constitucional seja devidamente cumprido, mas que é abordada também no Projeto de Lei nº 9.474, de 2018, que atualmente não tramita em conjunto como apensado ao PL nº 4.271/2016.

O Projeto de Lei nº 9.474, de 2018, de autoria do Senhor Deputado Chico D'Angelo, “estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais” e tem como Relator na Comissão de Cultura este Parlamentar ora solicitante. O PL nº 9.474/2018 estipula as diretrizes e bases para a organização, para o financiamento, para a institucionalização das políticas públicas culturais e para a efetivação do pleno exercício dos direitos culturais dos brasileiros. Além de definir conceitos, princípios e deveres do Estado em relação à cultura — com regramentos sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC) e sobre o financiamento do setor —, tem como um de seus principais contributos regular a gestão pública da cultura por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Diante do exposto, solicitamos que os Projetos de Lei nº 4.271/2016 e 9.474/2018 tramitem conjuntamente, nos termos do Regimento, devido à sua absoluta afinidade temática e por terem como matéria comum a regulação do SNC.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS